

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.218 - PB (2019/0171277-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : ISMAEL SARAIVA DE SOUSA (PRESO)

**ADVOGADO : FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES DE ABRANTES -
PB021244**

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. O Juiz de primeira instância apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva, ao salientar que o paciente premeditou a empreitada, por acreditar que a vítima "lhe dedurou ao dono da propriedade em que o indiciado trabalhava, sobre a quebra da perna de uma vaca", "vindo a surpreender a vítima em sua residência com golpes de faca peixeira, retirando-lhe qualquer chance de defesa", a demonstrar "a audácia dos suspeitos" e a "periculosidade do envolvido", bem como o fato de "o indiciado encontra[r]-se em lugar incerto e não sabido".

3. Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais.

4. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

